

**COLEGIADO DE PEDAGOGIA**

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DE EDUCADORES DO MUNICÍPIO DE SERRA PRETA- BA**

**FEIRA DE SANTANA – BAHIA**

**2021.2**

DÉBORA RIBEIRO

KELEM CRISTIANE SILVA

NAIARA DE LIMA

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DE EDUCADORES DO MUNICÍPIO DE SERRA PRETA - BA

Artigo apresentado como requisito parcial de avaliação para obtenção do grau de licenciado(a) em Pedagogia, no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob coordenação da professora Msc. Claudene Ferreira Mendes Rios, junto ao Colegiado de Pedagogia, na Faculdade Anísio Teixeira.

Orientador(a): Prof. Rafaela Matos

FEIRA DE SANTANA – BAHIA

2021.2

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DE EDUCADORES DO MUNICÍPIO DE SERRA PRETA - BA**

Débora Ribeiro[[1]](#footnote-1)

Kelem Cristiane Silva[[2]](#footnote-2)

Naiara De Lima[[3]](#footnote-3)

Rafaela Matos[[4]](#footnote-4)

**Resumo**

Este artigo foi idealizado com base na necessidade de construir um conhecimento a respeito das relações étnico-raciais na Educação Infantil do município baiano de Serra Preta. Para tal, foi realizada uma pesquisa com a participação de 15 professores deste município, no sentido de verificar algumas de suas concepções a respeito do tema em questão. Além de verificar se a Lei 10.639/03, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura Afro-Brasileira e Africana nas instituições de ensino do país, e a Lei 11.645/08, que acrescentou a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena, estão sendo efetivamente aplicadas no município. Estas leis possuem o objetivo de contribuir para a superação dos preconceitos e atitudes discriminatórias por meio de práticas pedagógicas que valorizem a pluralidade étnico-racial do país. Os dados foram coletados através de um questionário *online*, disponibilizado através da ferramenta *Google Forms,* e analisados de forma quantitativa, visando alcançar os objetivos descritos. Os fundamentos teóricos sustentaram-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) em Santos e Toniosso (2016), Bento (2012), Dias (2012), Silva e Ferreira (2006) e Cavalleiro (2000), entre outros. Foi possível concluir que os participantes estão cientes da importância de trabalhar questões étnico-raciais no ambiente escolar, embora nem todos identifiquem as leis 10.639/03 e 11.645/08 sendo efetivadas nas escolas onde trabalham.

**Palavras-chave:** Relações étnico-raciais; Educação Infantil; Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08.

**Introdução**

Assim como qualquer espaço social, o espaço escolar não está isento da visão discriminatória acerca dos índios e negros, muitas vezes a escola reproduz a visão preconceituosa presente na sociedade brasileira. No entanto, através de uma prática pedagógica direcionada para a valorização da diversidade cultural e combate à discriminação, a escola torna-se um ambiente privilegiado para a promoção de relações étnico-raciais positivas em decorrência da marcante diversidade em seu interior (VERRANGIA; SILVA, 2010).

É evidente que se vive um momento importante em relação ao combate à discriminação étnico-racial no Brasil, tendo em vista que a discussão a respeito dessa temática tem sido feita cada vez mais abertamente no país. Essa maior abertura ocorreu, inclusive, no ambiente escolar, sobretudo após a criação da Lei Federal 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas, e posteriormente da lei 11.645/08, que complementou a primeira, acrescentando a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena.

Nos espaços de educação infantil, a criança tem o seu convívio social ampliado, sendo através dessa vivência em coletivo que ela aprende sobre diversidade cultural e sobre valorizar os diferentes grupos étnico-raciais. O papel do educador é de suma importância nesse processo, pois através de suas práticas pedagógicas voltadas para a valorização dos diferentes povos e culturas, as crianças podem ser (re)educadas, rompendo com preconceitos apreendidos no ambiente familiar (BENTO, 2012).

Neste contexto, surgiu o interesse desse trio por realizar uma pesquisa sobre “relações étnico-raciais na educação infantil” ancorada na abordagem quantitativa, que apresentamos aqui neste artigo de Conclusão de Curso, cujos objetivos foram: verificar algumas concepções de professores da Educação Infantil do município de Serra Preta-BA sobre as Relações Étnico-Raciais e analisar a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 no município.

Nesta atividade de pesquisa contamos com a colaboração de 15 professores de educação infantil do município em questão e em relação aos resultados é possível sinalizar que eles estão cientes da importância de trabalhar questões étnico-raciais no ambiente escolar. Quanto à fundamentação teórica, foram utilizadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), Santos e Toniosso (2016), Bento (2012), Dias (2012), Silva e Ferreira (2006) e Cavalleiro (2000), entre outros.

**Referencial Teórico**

Entende-se por relações étnico-raciais, aquelas estabelecidas entre os distintos grupos sociais, e entre indivíduos destes grupos, informadas por conceitos e ideias sobre as diferenças e semelhanças relativas ao pertencimento racial destes indivíduos e dos grupos que pertencem (GUIMARÃES, 2003).

Santos e Toniosso (2016) apontam que as relações conflituosas entre negros e brancos têm uma longa história, que gerou uma visão negativa e discriminatória sobre os afrodescendentes, sua cultura, aspectos físicos e biológicos. Isso se reflete de diversas formas no comportamento dentro e fora do ambiente escolar, que é privilegiado para a promoção de relações étnico-raciais positivas em virtude da marcante diversidade, em seu interior.

Em meio a tantos debates sobre as relações étnico-raciais é papel da escola tratar essa temática de forma que valorize a diversidade, criando o sentimento de pertencimento étnico e cultural, e promover a igualdade de todos, o respeito e o combate a qualquer tipo de preconceito. Pensando nisso, surgiu a lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, para mostrar que os africanos tem uma história que vai muito além da escravidão europeia, ou seja, há toda uma história a ser contada para que as crianças possam compreender verdadeiramente a origem dos negros (MARINHO; MARTINS, 2016).

Posteriormente a lei n° 11.645/08 veio complementar, incluindo também a temática indígena, com a instituição das DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS para a educação das relações étnico raciais, válida para todos os níveis da educação. Estas leis foram grandes conquistas para o reconhecimento social do negro e do indígena, uma vez que aquilo que ocorre no espaço escolar incide no espaço social. Pois, com base nelas, o conteúdo pragmático

incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2008).

Na educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, inicia-se a escolarização da criança, conforme Art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil (LDB), sua finalidade é o desenvolvimento integrado da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Nessa etapa integra-se o educar e o cuidar, para que a criança tenha um desenvolvimento integral, não basta ensinar apenas conteúdo, é preciso ir além, formando cidadãos críticos e conscientes desde os primeiros anos de escolaridade, logo uma educação voltada para as diversidades torna-se de extrema necessidade.

Durante a educação infantil as crianças já começam a conhecer seu corpo, as diferenças e semelhanças entre os colegas do grupo, escolhem com quem brincar e se relacionar na escola, tem suas preferências por brinquedos, no entanto é fundamental que o educador trabalhe em sala de aula questões sobre diferença e em especial as relacionadas ao pertencimento racial não só com as crianças, mas com as famílias e comunidade (BENTO, 2012).

É nesse processo de educação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos apreendidos no ambiente familiar e nas relações sociais através da ausência de referências positivas a respeito da cultura negra na vida da criança e da família, bem como nos livros didáticos. Dessa forma a educação antirracista precisa começar muito cedo (CAVALLEIRO, 2000).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil nos mostram que a proposta pedagógica das instituições de educação infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica,

construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária socioeconômica, étnico racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (BRASIL, 2009).

A formação da identidade da criança acontece por meio da socialização, e das relações estabelecidas com o outro (BENTO, 2012). Por isso a importância do planejamento do professor, realizar atividades onde tenha interação entre as crianças, que valorizam as atitudes de respeito, colaboração, e que possam contribuir para uma relação positiva, as crianças precisam se reconhecer, terem orgulho de suas origens.

O professor, por exemplo, que em suas atividades observa que a criança não quer brincar com a boneca negra, ou até mesmo dá a mão para um colega negro na hora da rodinha de brincadeira, e não interfere ou não se dá conta do que está acontecendo a sua volta, acaba contribuindo para a pratica de discriminação, mesmo que sem perceber. Ou seja, o profissional desprovido de uma qualificação que combata ou previna o racismo na escola, pode contribuir para o crescimento dessa discriminação (CAVALLEIRO, 2000).

Por isso a formação qualificada dos professores é de suma importância, pois leva o educando à uma verdadeira reflexão no que se refere a questão racial, levando as crianças a compreender o quão importante é o respeito e a tolerância ao outro. De acordo com Silva e Ferreira (2006) e Dias (2012), às iniciativas relacionadas ao trabalho de história e cultura negras, deve perpassar já a formação inicial do professor, por isso é necessário que as instituições de ensino superior do país tenham a preocupação em proporcionar aos futuros educadores uma formação adequada que esteja de acordo com as leis que regem tal temática.

Sendo assim, é necessário investir em formação de professores que valorize e considere as evoluções sociais, econômicas, políticas e culturais, só assim pode-se consolidar uma educação antirracista e democrática. A formação do professor deve ser contínua e se articular com a renovação do projeto pedagógico da instituição, a formação docente para o trabalho pedagógico tem o foco voltado para a valorização da diversidade cultural, centrada nas relações étnico-raciais nas escolas (BENTO, 2012). É preciso uma mudança nas práticas pedagógicas a partir da Educação Infantil, onde as atividades de leitura, por exemplo, são marcadas pelos, predominantemente pelos contos de fadas, que exaltam as características físicas dos príncipes e princesas (SOUZA; PAIVA, 2013).

Em se tratando do relacionamento no ambiente escolar as maiores vítimas são exatamente as crianças que são vistas como fora do padrão estabelecido, por que são gordas ou magras demais, negras, albinos, crianças de religiões diferentes, meninos que gostam brincar com brincadeiras de meninas e vice versa, crianças com necessidades especiais que são afastadas do convívio com as demais crianças (SILVA, 2014). Por isso a importância de mostrar que apesar de todas as diferenças físicas ou de costumes, isso não nos diferencia no direito maior, o direito de ser respeitado acima de qualquer diferença, qualquer diversidade.

**Metodologia**

A presente pesquisa foi baseada em dados coletados com 15 professores de educação infantil do município de Serra Preta-BA, número que corresponde a mais da metade dos profissionais com este cargo na rede municipal de ensino, sendo assim, sendo representativo desta categoria. Os participantes foram selecionados por conveniência, sendo contatados via telefone e solicitados a responderem um questionário de 9 itens” (TABELA 1), marcados com “sim” ou “não”, disponibilizado através da ferramenta *Google Forms*. Optou-se por realizar a pesquisa de forma *online* em decorrência do cenário pandêmico em que o país ainda se encontra.

Uma análise quantitativa dos dados verificou algumas concepções destes professores a respeito da abordagem das Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil e uma análise quantitativa possibilitou avaliar se há uma efetiva implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 no município. Realizou-se, então, uma reflexão à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil e dos demais autores abordados no referencial teórico.

**Análise dos dados**

O município de Serra Preta-BA, localizado à 55,6 km de Feira de Santana-BA, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contava com aproximadamente 15.401 habitantes, dos quais cerca de 86,61% se autodeclararam como pretas ou pardas, além disso, o município também contava, na época, com um apequena população, cerca de 0,05%, de indígenas (IBGE, 2010).

De acordo com os resultados desta pesquisa, apresentados na Tabela 1, a totalidade dos participantes acham importante abordar a temática das relações étnico-raciais nas escolas, considerando-as um ambiente privilegiado para tal, dados que reafirmam a relevância da temática desta pesquisa. Essa importância também foi reconhecida pela Legislação Brasileira, através da criação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, já citadas.

**Tabela 1.** Apresentação dos dados coletados

|  |  |
| --- | --- |
| **QUESTÕES** | Número de participantes que marcaram: |
| **SIM** | **NÃO** |
| Você concorda que a escola é um ambiente privilegiado para a promoção de relações étnico-raciais, em virtude da marcante diversidade em seu interior? |  15 | 0 |
| Diante de tantos debates sobre as relações étnico-raciais, você como professor(a) de Educação Infantil, acha importante a escola tratar essa temática de forma que valorize a diversidade e combata o racismo? |  15 | 0 |
| A Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino sobre história e cultura Afro-brasileira nas escolas, está sendo aplicada na instituição que você trabalha? | 13 | 2 |
| E a respeito da Lei 11.645/08, que complementa a Lei 10.639/03, acrescentando a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena. Está sendo aplicada na escola onde você trabalha? | 13 | 2 |
| A sua formação docente, em algum momento, foi direcionada para a valorização da diversidade cultural ou centrada nas relações étnico-raciais nas escolas? | 15 | 0 |
| Você acredita que as relações étnico-raciais na escola podem ser modificadas a partir da formação continuada dos educadores? | 15 | 0 |
| É importante trabalhar as questões étnico raciais na educação infantil? | 15 | 0 |
| Você concorda que é necessário aplicar atividades que inclui o racismo na educação infantil? | 15 | 0 |
| Você concorda que na sala de aula deve ter um bom planejamento quando se trata de relações étnico-raciais? | 15 | 0 |

 Elaborada pelas autoras (2021)

No entanto, apesar de todos os participantes da pesquisa concordarem com a importância do tema em questão, quando questionados a respeito das leis mencionadas acima, 13,3 % deles negaram a efetiva aplicação das mesmas no contexto de ensino em que trabalham. Percebe-se que, embora estas leis sejam obrigatórias em todos os níveis e instituições de ensino, ainda existem instituições e profissionais descumprindo-as, mesmo após mais de uma década em vigor.

De acordo com o referencial teórico, essa inefetividade pode ser devida a uma falha na formação docente, porém, este parece não ser o caso dos participantes desta pesquisa, uma vez que todos eles afirmaram que suas formações foram direcionadas, em algum momento, para a valorização da diversidade cultural ou centradas nas relações étnico-raciais nas escolas (SILVA; FERREIRA, 2006).

Além disso, todos os participantes acreditam no poder da formação continuada do professor para modificar as relações étnico-raciais no contexto escolar. De fato, em seu trabalho com professores da educação infantil, Dias (2012) comprovou que as relações étnico-raciais na escola podem ser modificadas a partir da formação continuada dos educadores.

No que diz respeito especificamente à educação infantil, os participantes também concordaram de forma unânime quanto a importância de trabalhar questões étnico-raciais já nas séries iniciais de ensino, inclusive questões relacionadas ao racismo. Dessa forma, a maneira como a família e a escola enfrentam esse desafio e lidam com a dimensão racial afigura-se como elemento importante na formação da identidade das crianças pequenas (BENTO, 2012).

Por fim, o questionário buscou informações a respeito do planejamento para uma efetiva abordagem das relações étnico-raciais em sala de aula, e mais uma vez 100% dos participantes concordaram com a importância de se fazer um bom planejamento para trabalhar com a temática. De acordo com Bento (2012), esse planejamento deve incluir atividades em que haja interação entre as crianças, que valorizem as atitudes de respeito, colaboração, e que possam contribuir para uma relação positiva entre elas.

Para educadores este é um desafio diário desconstruir um preconceito construído culturalmente durante séculos. Mas se o objetivo for construir uma sociedade igualitária, é necessário compreender o papel que cada estrutura socioeconômica desempenha na produção do racismo, a fim de criar estratégias eficazes para o seu enfrentamento. Nesse sentido, a escola pode e deve ser utilizada como instrumento de luta contra a desigualdade étnico-racial, visto que sem uma educação efetivamente antirracista não é possível pensar em uma sociedade igualitária.

Porém, a simples abordagem de conteúdos não é suficiente. É necessária colocar a discussão das relações étnico-raciais no centro do processo de construção curricular, pois sem esse tipo de debate e inclusão, a escola pode seguir sendo apenas mais um espaço de reprodução de desigualdade étnico-racial. Por isso a necessidade de profissionais preparados para discutir o racismo e agir diante de comportamentos racistas entre as crianças, e de escolas que valorizem a diversidade étnico-racial, por meio de um currículo multicultural e inclusivo.

**Conclusões**

A pesquisa se propôs a responder à seguinte questão: Que concepções os professores de Educação Infantil do município de Serra Preta-BA têm a respeito das relações étnico-raciais na escola? As Leis 10.639/03 e 11.645/08 foram totalmente implementadas no município?

A investigação foi realizada com 15 dos 29 professores da Educação Infantil do município, e através dela conclui-se que embora todos os participantes vejam a escola como um ambiente privilegiado para a promoção de relações étnico-raciais e reconheçam a importância de trabalhar com esta temática em sala de aula, uma pequena parte deles ainda não consideram que as leis que tornam obrigatório o ensino da história e cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nas instituições de ensino do país, estejam sendo efetivadas na escola em que trabalham. Ao pensar em uma causa para essa inefetividade, descartou-se a possibilidade que tenha sido em decorrência de uma falha na formação desses educadores, visto que todos eles afirmaram suas formações foram direcionadas e focadas nesta temática em determinado momento.

Ou seja, mesmo considerando importante trabalhar essa temática na educação infantil, alguns educadores ainda não estão fazendo esta abordagem nos termos da lei, o que demonstra a necessidade de formações complementares e/ou maior interesse destes profissionais em incluir o tema das relações étnico-raciais em suas aulas. A formação continuada é, sem dúvida, uma ferramenta poderosa para modificar as relações étnico-raciais nas escolas, fato comprovado por esse e outros estudos. Além disso, um bom planejamento é igualmente importante no que diz respeito a combater a discriminação e promover a igualdade étnico-racial nas escolas. Mas para isso os educadores precisam ser capacitados e contar com materiais didáticos que facilitem a abordagem da temática em sala de educação infantil.

A pesquisa atingiu os objetivos propostos, no entanto, novos questionamentos surgiram, sinalizando a necessidade de novas investigações sobre o tema, sobretudo no que diz respeito aos motivos que tem dificultado a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 no município de Serra Preta-BA, bem como a necessidade de estender esse território, ou seja, investigar a respeito das relações étnico-raciais na educação infantil em outros municípios brasileiros, sobretudo naqueles com maiores índices de população negra e/ou indígena.

**Referências**

BENTO, M. A. S. A identidade racial em crianças pequenas. In BENTO, M. A. S. (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades CEERT, 2012. p. 98 - 117.

BRASIL. LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>

BRASIL. LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

BRASIL. Resolução n. 05. Resolução da Câmara de Educação Básica, aprovada em 17 de dezembro de 2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília, DF: MEC, 2009.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, L. R. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17 n. 51, 2012.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, 2003.

IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br

MARINHO, C.; MARTINS, E. Educação Infantil e relações étnico-raciais: impactos da formação docente nas práticas educativas. **Revista Educação e Cultura Contemporâneas**, v. 13, n. 34, 2016.

SANTOS, A. L.; TONIOSSO, J. P. Relações étnico-raciais na Educação Infantil. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro, 2016.

SILVA, N.; FERREIRA, C. S. Formação inicial de professores com base na lei 10639/03 na usp: demanda e resistência. Anais do **II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**, 2006.

SILVA, E. D. N. **A questão étnico-racial na educação infantil: fomentando novas práticas pedagógicas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

SOUZA, J. N.; PAIVA, T. R. A. Formação docente: um olhar para a diversidade étnico-racial na escola. **XI Congresso de Educação EDUCERE**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

TRINIDAD, C. T. **Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil** [tese de doutorado]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2011.

VERRANGIA, D.; SILVA, P. B. G. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. **Educação e Pesquisa**, n. 36, 2010.

1. Aluno do curso de Pedagogia da FAT. E-mail:deboractb0232@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Aluno do curso de Pedagogia da FAT. E-mail:kelen11@outlook.com.br [↑](#footnote-ref-2)
3. Aluno do curso de Pedagogia da FAT. E-mail:100limanaiara@gmail.com [↑](#footnote-ref-3)
4. Professor(a) orientador(a) deste Trabalho de Conclusão de Curso no semestre de 2021.2 [↑](#footnote-ref-4)